

# Ponto de vista

## O Banco Central e a retomada do crescimento econômico



**Andre Cutrim Carvalho** é conselheiro do Corecon-PA/AP, professor-pesquisador da UFPA, doutor em Desenvolvimento Econômico e pós-doutor em Economia pela Unicamp

**D**e início, é preciso saber que a mais importante missão da nova gestão do Governo Lula, para o período de 2023-2027, é retomar os caminhos do crescimento econômico no Brasil com distribuição da renda funcional, setorial, regional e pessoal, mantendo simultaneamente a estabilidade dos preços.

Para isso, o governo Lula deve enfrentar três desafios:

**Toda má gestão da oferta de moeda causa inflação (às vezes até uma recessão)**

o primeiro envolve a redução da taxa de juros para aumentar o investimento e o consumo; o segundo exige uma renegociação política que defina as novas bases de convivência entre o capital e o trabalho; e o terceiro depende da estabilidade da taxa de câmbio em regime flutuante, sobretudo na manutenção do equilíbrio do balanço de pagamentos.

A manutenção da política monetária de combate permanente contra a inflação passou a exigir um rígido controle do Banco Central do Brasil (BC). O BC é o órgão executivo que segue as normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o Sistema Financeiro Nacional (SFN). No ano 2021, por meio da Lei Complementar 179, o BC ganha autonomia e passa a atuar como “guardião”

contra a inflação do país.

A configuração atual tem demonstrado um forte aperto monetário do BC nestes primeiros meses de trabalho da gestão Lula. O Brasil segue tendo a maior taxa básica de juros (Selic) do mundo, hoje em absurdos 13,75%, de acordo com levantamento elaborado pela gestora Infinity Asset Management, mas o que justifica uma taxa de juros tão alta? Questões técnicas pautadas pelo comportamento ortodoxo do BC? Ou questões políticas? Minha resposta: um pouco de cada!

Enfim, para além do economicismo, devo advertir os incautos que juros altos causam implicações contraproducentes sobre a desigualdade, pobreza e a miséria, problemas sociais que foram consideravelmente negligenciados e agravados na gestão Bolsonaro. Deste modo, a sustentação de uma política de juros altos compromete o principal instrumento de política pública que o atual governo pode dispor para reduzir o desemprego e reverter o estado cíclico de estagnação da economia: a realização de investimentos em capital social básico, preferencialmente no desenvolvimento de infraestrutura socioeconômica, que possam propiciar efeitos multiplicadores de renda e de externalidades positivas para as atividades privadas.

John Maynard Keynes – um dos maiores economistas do mundo – considerava a política monetária um importante instrumento para promover alte-

rações na produção e reduzir o desemprego, pois a moeda é um objeto desejado por si mesmo pelos agentes que buscam a liquidez. De fato, a moeda, por ser não neutra, tem um papel ativo sobre as decisões e motivações dos agentes econômicos.

Logo, Keynes não acreditava que somente a política monetária de um Banco Central lograria êxito no sentido de influenciar a taxa de juros. Verifica-se com isso que a política monetária do BC não deve ser algo apartado das ações econômicas do Governo Federal, sob o compromisso de atuar como uma instituição independente.

O custo social disso tem sido muito elevado, sobretudo para a classe trabalhadora e o povo mais pobre do país, além de seguir asfixiando o setor produtivo privado e aumentando os encargos para pagamento da dívida pública, afinal, toda má gestão da oferta de moeda causa inflação (às vezes até uma recessão).

O BC, como instituição de Estado, sabe dos desafios que se avizinham, até porque há um risco real do Brasil adentrar numa recessão econômica no futuro. Portanto, (re) construir pontes com o Governo Federal através de políticas macroeconômicas (políticas monetária, fiscal e cambial) é de extrema importância, principalmente para manter a estabilidade de preços como fator impeditivo do conflito distributivo e promover a mobilidade social em termos de distribuição da renda por meio de políticas públicas.

### INFORME PUBLICITÁRIO

## PANORAMA CANAÃ

# Canaã expande serviços de saúde

Oferta tem novos turnos e especialidades médicas

**E**m Canaã dos Carajás a demanda de serviços no Hospital Municipal Daniel Gonçalves (HMDG) aumentou 50% e a dos atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde em 55%, com o aumento do período chuvoso.

O município reforçou a equipe médica do HMDG para realizar plantões diurnos e noturnos. Além disso, a extensão do HMDG, situado na Avenida Weyne Cavalcante, ganhará leitos de internação clínica e cirúrgica e contará com profissionais médicos clínicos e pediatras. O serviço de fisioterapia

que funcionava no local foi remanejado para clínicas conveniadas ao município.

A prefeitura também vai estender o horário de atendimento da UBS do Alto Bonito, a partir do dia 17, das 7h às 22h.

Para o secretário de Saúde Marcos Silveira, as mudanças mostram o comprometimento em cuidar das pessoas. “Grande é nosso desafio. O crescimento populacional impõe à gestão a busca por melhoria contínua dos nossos serviços, com oferta de atendimento de qualidade e segurança, estando o paciente no centro do nosso cuidado.”, concluiu.



**Assistência** em saúde ganha reforço para garantir serviços à população

### EUA

## Denúncia criminal une republicanos a Trump

WASHINGTON  
AGÊNCIA ESTADO

A abertura de um processo criminal contra o ex-presidente Donald Trump uniu os líderes republicanos no Congresso e a imprensa conservadora dos EUA novamente em torno do empresário. Trump tem recebido apoio de ex-aliados e até rivais republicanos, que classificam a denúncia como perseguição.

Até mesmo o governador da Flórida, Ron DeSantis, amplamente visto como possível maior rival de Trump nas primárias presidenciais, se apressou em condenar o promotor que apresentou o caso que levou ao indiciamento histórico do ex-presidente.

### CRÍTICAS

Em todo o Partido Republicano, raiva e acusações de injustiça fluíram de apoiadores e críticos do ex-presidente, mesmo antes de as acusações serem reveladas.

“A acusação sem precedentes de um ex-presidente dos EUA em uma questão de financiamento de campanha é um ultraje”, disse o ex-vice-presidente Mike Pence à CNN, que chegou a dizer que havia opções melhores no partido para 2024.

Em alguns setores, houve uma reação mais sombria. Na Fox News, o apresentador Tucker Carlson disse que a decisão mostrou que “provavelmente não era o melhor momento para desistir de suas armas AR-15s”. “O Estado de Direito parece estar suspenso esta noite - não apenas para Trump, mas para qualquer um que considere votar nele”, disse Carlson. Um de seus convidados, Glenn Beck, previu que o indiciamento causará caos nos próximos anos.

O presidente da Câmara dos Deputados, onde os republicanos têm maioria, Kevin McCarthy, disse que Alvin Bragg, o promotor democrata que acatou a denúncia, “prejudicou irreparavelmente” os EUA. “Como ele rotineiramente liberta criminosos violentos para aterrorizar o público, ele arma nosso sagrado sistema de Justiça contra o presidente Donald Trump”, escreveu McCarthy no Twitter.

Mas os efeitos políticos para Trump podem ser determinados em parte por sua resposta às acusações. Sua tentativa de transformar a batalha legal em um campo de jogo político reacendeu o tipo de comportamento que tende a afastar republicanos moderados e independentes.